

metalinguagem

CONDIÇÕES DE VERDADE, IMPLICATURA CONVERSACIONAL, MÁXIMAS CONVERSACIONAIS, PRAGMÁTICA, PROPOSIÇÃO, SIGNIFICADO. PS

Black, M. 1962. *Models and Metaphors*. Ítaca, NY: Cornell University Press.

Moran, R. 1997. Metaphor. In B. Hale e C. Wright, orgs., *A Companion to the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ortony, A., org. 1979. *Metaphor and Thought*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Searle, J. 1979. Metaphor. In *Expression and Meaning*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

metalinguagem De um modo geral, uma metalinguagem é uma linguagem da qual nos servimos para falar sobre uma linguagem em estudo, que nessa qualidade é a linguagem objecto. Nesta perspectiva, qualquer linguagem que nos permita tomar outra como objecto, isto é, que nos permita tomá-la como referência do nosso discurso, pode ser considerada como metalinguagem e constituir, por sua vez, objecto de discurso de uma metametalinguagem.

Deve-se observar, no entanto, que o conceito de linguagem objecto é por vezes reservado para as linguagens que se referem exclusivamente a entidades extralinguísticas, não podendo nesses casos definir-se simplesmente como «uma linguagem tomada por outra como objecto».

Os conceitos de USO e menção estão estreitamente relacionados com os de linguagem objecto e metalinguagem. FM

metamatemática *Ver* PROGRAMA DE HILBERT.

minimal, elemento *Ver* ORDENS.

minimização *Ver* OPERADOR DE MINIMIZAÇÃO.

mínimo, elemento *Ver* ORDENS.

modalidade de re Se uma frase que exprime uma modalidade *de dicto* atribui necessidade ou contingência a uma proposição (*dictum*), uma frase que exprime uma modalidade *de re* atribui necessidade ou contingência directa-

mente a um objecto (*res*). Isto é, enquanto uma frase que exprime uma modalidade *de dicto* atribui a uma proposição a propriedade de ser necessariamente verdadeira ou a propriedade de ser contingentemente verdadeira, uma frase que exprime uma modalidade *de re* atribui a um objecto a propriedade de ser necessariamente isto ou aquilo ou a propriedade de ser contingentemente isto ou aquilo. Por exemplo, a frase «O número de planetas do sistema solar é possivelmente maior do que nove» é ambígua, podendo exprimir duas proposições: I) uma proposição *de dicto* do tipo *a proposição de que o número de planetas do sistema solar é maior do que nove é possivelmente verdadeira*, isto é, uma proposição (verdadeira) acerca de uma proposição; ou II) uma proposição *de re* do tipo *o número de planetas do sistema solar (ou seja, nove) é contingentemente maior do que nove*, isto é, uma proposição (falsa) acerca de um objecto. *Ver* DE DICTO / DE RE. MF

modalidades Modos da verdade. Uma verdade pode ser 1) necessária ou contingente, 2) *a priori* ou *a posteriori*, ou ainda 3) analítica ou sintética. As primeiras são modalidades aléticas, as segundas epistémicas e as terceiras semânticas. Outros tipos de modalidades incluem as temporais e as deónticas. Usado sem qualificativos, o termo «modalidades» refere-se às modalidades aléticas, a que por vezes se chamam também «metafísicas» ou até «lógicas».

Uma proposição é uma verdade necessária quando não poderia ter sido falsa, contrastando assim com as verdades contingentes, que são proposições verdadeiras que poderiam ter sido falsas. As verdades da matemática e da lógica são os exemplos menos controversos de verdades necessárias: «Se Sócrates é grego, é grego» exprime uma verdade que não poderia ter sido falsa, assim como a verdade de que $2 + 2 = 4$. As verdades conceptuais são também exemplos relativamente incontroversos de verdades necessárias: «Nenhum objecto verde é incolor», por exemplo, exprime uma verdade necessária. Outras verdades necessárias são mais polémicas: «A água é H₂O» ou «Sócrates é um ser humano»

exprimem verdades necessárias, segundo alguns filósofos, apesar de se tratar nestes dois casos de verdades de carácter não conceptual nem lógico ou analítico. «Sócrates era grego» é um exemplo de uma afirmação que exprime uma verdade contingente, dado que Sócrates poderia ter sido egípcio (por exemplo, se os seus pais tivessem emigrado para o Egipto quando jovens).

Das modalidades epistémicas, o *a priori* é a mais importante e refere-se ao modo como uma dada verdade é conhecida: uma verdade é conhecida *a priori* se, e só se, é conhecida sem recorrer à experiência; e é *a posteriori* se for conhecida recorrendo à experiência (*ver A PRIORI*). Por exemplo, uma pessoa sabe *a priori* que $20 + 31 = 51$ quando tem conhecimento deste resultado usando unicamente o pensamento; e sabe *a posteriori* que a neve é branca quando o descobre através da visão, por exemplo.

A analiticidade é uma modalidade semântica: uma frase é analítica se, e só se, o seu valor de verdade é determinável recorrendo exclusivamente ao significado dos termos usados na frase; e é sintética se o significado dos termos não é suficiente para determinar o seu valor de verdade (*ver ANALÍTICO*). Por exemplo, a frase «Nenhum solteiro é casado» é analítica porque o significado das palavras usadas é suficiente para determinar a sua verdade; e a frase «Nenhum solteiro é feliz» é sintética porque não basta o significado das palavras para determinar o seu valor de verdade.

A distinção clara entre os três tipos de modalidades é uma das conquistas da filosofia da segunda metade do séc. XX. Muitas verdades, como «Nenhum solteiro é casado», são necessárias, *a priori* e analíticas; muitas verdades, como «Nenhum solteiro é feliz», são contingentes, *a posteriori* e sintéticas. É por isso natural pensar que o analítico, o necessário e o *a priori* são noções co-extensionais (e até talvez a mesma noção sob nomes diferentes). Até Kant as diferenças entre as três noções não era muito clara. Hume, por exemplo, fala apenas de «relações de ideias», referindo-se ora a uma ora a outra destas noções. Contudo, Kant defendeu que o analítico, o necessário e o *a*

priori não eram co-extensionais, tendo introduzido a noção de verdades sintéticas *a priori* (*Crítica da Razão Pura*, B14–B18). Mas a sua noção de analiticidade era deficiente; além disso, Kant não distinguia apropriadamente a necessidade do *a priori*. Coube a Kripke distinguir claramente os três tipos de modalidades.

A distinção tripartida é hoje pacífica, mas é discutível até que ponto as três noções serão ou não co-extensionais. Serão todas as verdades necessárias conhecíveis *a priori* e vice-versa? Serão todas as verdades necessárias analíticas e vice-versa? Serão todas as verdades conhecíveis *a priori* analíticas e vice-versa?

	Necessárias	<i>A priori</i>	Analíticas
Contingentes	—	Kripke Kaplan	Kaplan
<i>A posteriori</i>	Kripke	—	Não
Sintéticas	Kripke Kant	Kripke Kant	—

Kripke defende que há verdades necessárias *a posteriori*, como «A água é H₂O» ou «Sócrates é um ser humano», e verdades contingentes *a priori*, como «A vara V mede um metro» (quando a proposição expressa pela frase é objecto de conhecimento de quem introduziu a vara em causa como padrão do metro). Kripke defende que as verdades necessárias *a posteriori* são sintéticas. E Kaplan defende que há verdades analíticas contingentes, como «Eu estou aqui agora» (este é também um exemplo de uma verdade contingente *a priori*). A tabela anterior sistematiza as diferentes posições filosóficas. Dada a noção habitual de analiticidade, uma frase analítica não pode ser unicamente conhecível *a posteriori* (mas pode ser efectivamente conhecida *a posteriori*). DM

Kant, I. 1787. *Crítica da Razão Pura*. Trad. M. P. dos Santos et al. Lisboa: Gulbenkian, 1985.

Kaplan, D. 1989. Demonstratives. In J. Almog, J. Perry e H. Wettstein, orgs., *Themes From Kaplan*. Oxford: Oxford University Press.

Kripke, Saul 1980. *Naming and Necessity*. Oxford: Blackwell.